

## A Recuperação Econômica Precisa Ser Sustentável, Alerta a CEPAL

RÔMULO MANZATTO (\*)

O período da pandemia de Covid-19 na América Latina parece ter deixado um legado negativo de aumento das desigualdades, de retrocessos ambientais e de piora generalizada dos indicadores ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Publicado em janeiro de 2022, o 13º Informe Especial da CEPAL é o mais recente de uma série de estudos do órgão regional da ONU elaborados como resposta técnica aos desafios econômicos e sociais impostos pela situação de emergência desencadeada pela pandemia global.

Os retrocessos ambientais na América Latina foram generalizados. Observou-se um aumento substancial do descarte inadequado de resíduos plásticos e metais pesados. Em paralelo, houve considerável aumento do ritmo de desmatamento ilegal, especialmente no Brasil. Estes efeitos podem se agravar no futuro, já que também houve uma queda pronunciada nos recursos gastos com proteção ambiental nos países da região.<sup>1</sup>

O estudo da CEPAL constata um problema adicional. Os pacotes de

estímulo econômico e os recursos voltados à recuperação econômica na região não têm estimulado o desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, poucos recursos foram destinados ao fomento de iniciativas que possam mitigar os impactos ambientais e reduzir a pegada ecológica dos sistemas produtivos dos países da região. (CEPAL, 2022, p. 15-16).

Embora tenha havido iniciativas voltadas ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia, o relatório mostra que a maior parte dos investimentos no período foi realizada em setores tradicionais, baseados em combustíveis fósseis.

Para ilustrar a questão, o documento cita os investimentos em projetos energéticos feitos na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México em 2021. Dos cerca de 10 bilhões de dólares gastos para o apoio a projetos de energia, aproximadamente 59% dos recursos foram direcionados à exploração de combustíveis fósseis, padrão similar ao observado nos países do G-20 em que essa rubrica correspondeu a 45% dos recursos investidos.

O principal problema, acredita a CEPAL, consiste no fato de que as medidas de recuperação adotadas pelos países da região partiram da premissa de que a estrutura econômica existente já era adequada em termos de sustentabilidade. Da mesma forma, a formulação das políticas de recuperação, em geral, parece não ter aproveitado os pacotes de estímulo para fomentar uma agenda coerente de desenvolvimento econômico sustentável. (CEPAL, 2022, p. 17-19).

Em outra orientação, a CEPAL acredita que os países da América Latina deveriam aproveitar o processo de recuperação econômica para alavancar setores dinamizadores do desenvolvimento sustentável. Como setores desse tipo, o relatório cita o de energias renováveis não convencionais, os sistemas de transporte públicos, que podem ser convertidos com a aplicação de tecnologias sustentáveis, além do investimento em água e saneamento, com importante efeito multiplicador nos PIBs nacionais.

Outros importantes setores dinamizadores são citados, como a economia circular (com grande potencial de geração de empregos),

o fomento aos serviços de restauração ambiental e a bioeconomia. Também fundamentais são os setores de economia digital, turismo sustentável, a indústria da saúde e o emergente setor da economia do cuidado.

Todos esses setores têm em comum o fato de que conciliam um alto efeito multiplicador sobre o PIB e a geração de empregos com as necessárias metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os compromissos climáticos internacionais multilaterais. (CEPAL, 2022, p. 20-21)

Assim, o Informe Especial da CEPAL consolida algumas recomendações para aumentar o espaço fiscal necessário para o financiamento do investimento de perfil sustentável.

Entre as medidas elencadas, destacam-se a necessidade de redução da evasão e da elisão fiscal nos países da região. A CEPAL estima que a sonegação dos impostos de tipo Valor Adicionado na América Latina representa cerca de 6% do PIB regional. Em termos adicionais, os fluxos financeiros ilegais que partem da região são estimados em cerca de 1,5% de todo o Produto gerado pelos países da região. Se arrecadados, esses recursos poderiam ajudar a impulsionar a necessária transformação estrutural verde na América Latina. (CEPAL, 2022, p. 23)

Outra importante medida citada pelo documento consiste na necessidade de melhoria dos arranjos fiscais, ambientais e regulatórios locais. Nesse caso, o relatório aponta a necessidade de redução dos subsídios fiscais voltados ao consumo de combustíveis fósseis. Essa ação pode ser ainda mais efetiva quando combinada com a criação de impostos ambientais, além de uma ampla revisão das renúncias fiscais existentes e de uma política ativa de diversificação produtiva.

Ainda no âmbito das necessárias mudanças regulatórias, o documento recomenda iniciativas que ajudem a mobilizar o investimento privado em prol da transformação sustentável. Os setores de transmissão de energia, infraestrutura, transporte, água e saneamento são citados como exemplos de atividades de impacto no processo de transformação sustentável. Outra ação com impacto decisivo, como afirma o documento, seria a elaboração de marcos normativos que incentivem a produção local de bens que possam substituir os bens de alta pegada ecológica. (CEPAL, 2022, p. 23-24).

O Informe Especial da CEPAL destaca o importante papel a ser desempenhado pela emissão de títulos verdes e pela criação de fundos internacionais de sustentabilidade. O mercado de títulos verdes é recente na América Latina. De fato, segundo o documento, as primeiras emissões datam somente de

2014, e até 2021 somente 12 dos 33 países da região haviam emitido títulos financeiros desse tipo.

Mesmo assim, estima-se que 67% do total de emissões de títulos verdes realizadas entre 2014 e 2021 na região foram realizadas somente por Chile e Brasil, o que denota um perfil ainda muito concentrado de emissões. No agregado, o potencial de expansão do uso de títulos verdes na América Latina é considerável, visto que a emissão local desses títulos representa somente 2,7% do mercado global. (CEPAL, 2022, p. 25).

Como medidas adicionais, o informe elaborado pela CEPAL ressalta a necessidade de consolidar diferentes fontes de financiamento a fim de ampliar o espaço fiscal para a realização de investimentos sustentáveis de médio e longo prazos (CEPAL, 2022, p. 26-27).

Como reforça a CEPAL, há alternativas e caminhos para o estímulo da recuperação sustentável. No entanto, é preciso agir rápido para que os retrocessos não se tornem irreversíveis.

## Referências

- CEPAL. Cómo financiar el desarrollo sostenible: recuperación de los efectos del COVID-19 em América Latina y el Caribe. **Informe Especial** n.13, Santiago, 2022.
- MANZATTO, Rômulo. Recuperação econômica e financiamento do desenvolvimento

sustentável segundo a CEPAL. **Informações Fipe**, n. 498, p. 40-42, mar. 2022.

SACHS, J. *et al.* **The decade of action for the sustainable development goals: sustainable development report 2021**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

---

1 Abordei alguns dos problemas e fatos estilizados apontados pelo relatório da CEPAL na edição anterior de *Informações Fipe* (MANZATTO, 2022). Para uma análise global dos impactos da pandemia de Covid-19 nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pode ser interessante consultar Sachs *et al.* (2021).

(\* *Economista (FEA-USP) e mestre em Ciência Política (DCP-USP).*  
(E-mail: romulo.manzatto@gmail.com).